

Alunos ficam sem uniforme

ADRIANO CEOLIN

DA EQUIPE DO CORREIO

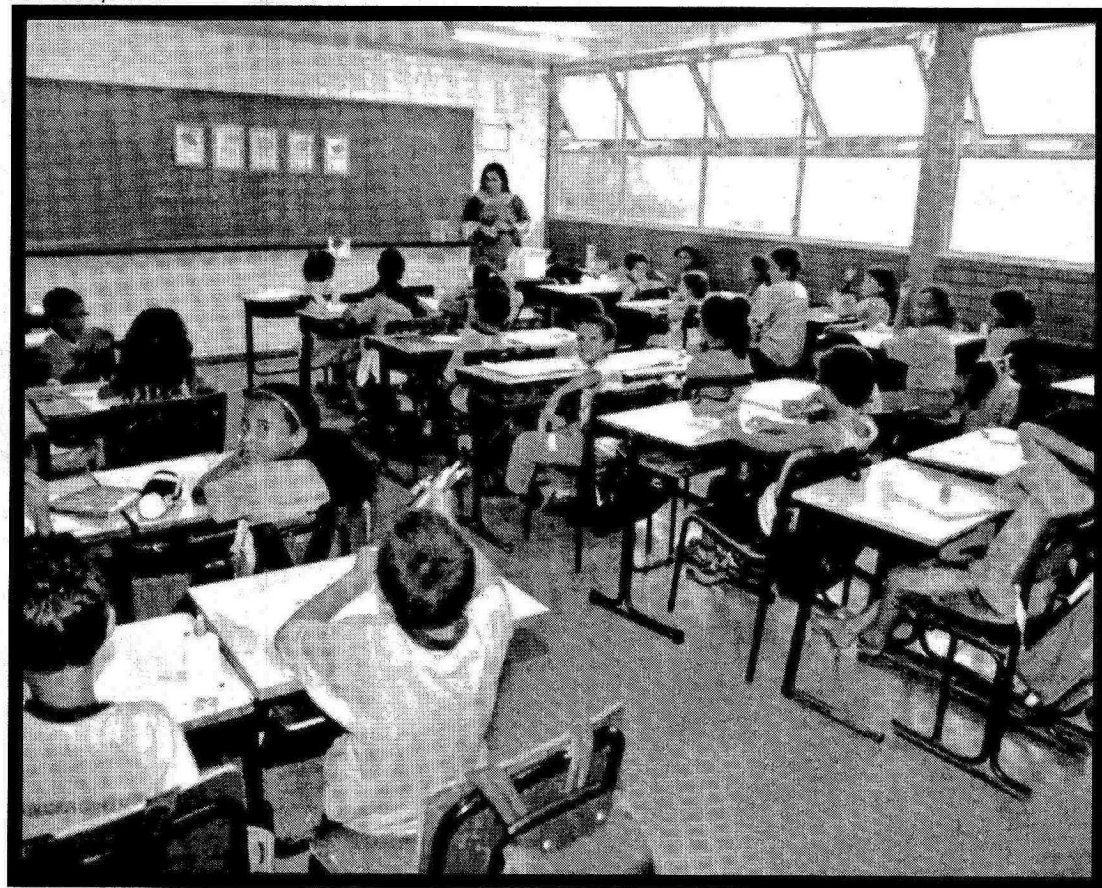
Paulo de Araujo 11.03.03

Irregularidades em licitação poderão deixar 100 mil crianças de escolas públicas do Distrito Federal sem uniforme escolar no começo das aulas, em 12 de fevereiro. A 4ª Vara da Fazenda Pública do DF concedeu liminar para cancelar a compra dos kits com três camisetinhas, uma bermuda, agasalho e dois pares de meia. A medida atendeu a um pedido do promotor Ivaldo Gomes, do Ministério Público do DF. Os uniformes são destinados a crianças carentes, inscritas no Programa Renda Minha, da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal (GDF).

O valor da licitação é de R\$ 4,9 milhões. Segundo o promotor Gomes, as irregularidades foram identificadas nas amostras dos uniformes, que não atenderam às especificações do edital. "O tamanho, tipo de tecido e até cores não condiziam com o processo licitatório", explica. Os erros, segundo ele, foram identificados por meio de laudos do Inmetro, produzidos a pedido da comissão de licitação.

"Sabia-se dos problemas, mas mesmo assim o GDF decidiu declarar o vencedor e assinar o contrato de compra", afirmou Gomes. Além do cancelamento da licitação, a liminar da 4ª Vara da Fazenda Pública, deferida na última quinta-feira, determinou também a rescisão do contrato com a empresa Dimatex, vencedora da concorrência. A segunda colocada no processo, a Henderson Confecções Ltda, foi desclassificada pelos mesmos motivos.

Por escrito, o promotor chegou a alertar a Procuradoria-Geral do DF das irregularidades. O órgão pediu novas amostras de uniformes. As mesmas foram entregues, porém não houve análise do Inmetro. "A comissão



GDF PROMETE RECORRER: 100 MIL ALUNOS PODEM FICAR SEM UNIFORME NO COMEÇO DAS AULAS, EM FEVEREIRO

não mandou o material para o Inmetro, por isso a suspeita se manteve", esclarece o promotor. A liminar determina multa diária de R\$ 10 mil, se o GDF efetuar os pagamentos da compra dos uniformes.

Recurso

O Governo do Distrito Federal decidiu recorrer da decisão que impede a compra dos uniformes. "Não existe irregularidade alguma", afirmou o porta-voz do GDF, Paulo Fona. "Essas crianças não podem ficar sem uniformes", completou. A Secretaria de Educação vai se empenhar para que a situação seja normalizada antes do início das aulas.

No fim do ano passado, o GDF anunciou a conclusão da segunda etapa de implantação do Ren-

da Minha, programa social que distribui R\$ 45 por aluno na faixa de 6 a 15 anos. Os inscritos no programa também têm direito a uniforme e material escolar.

Os critérios para ter direito ao benefício são: renda per capita de até R\$ 90 mensais; as crianças devem morar com o responsável legal no mesmo domicílio; a família não pode estar recebendo benefícios do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); e comprovação de residência fixa no Distrito Federal nos últimos cinco anos.

A cidade que tem mais beneficiários do Renda Minha é Ceilândia (com 17.134 crianças), seguida de Samambaia (14.597) e Planaltina (11.629). Este ano, o GDF pretende aumentar para 100 mil o número de crianças atendidas.

FÉRIAS EM ATRASO

O Sindicato dos Professores (Sinpro) ajuizou mandado de segurança contra o GDF para exigir o pagamento do adiantamento de férias de quem se afastou no dia 9. De acordo com a entidade, o dinheiro deveria estar na conta deles, por lei, com 48 horas de antecedência do afastamento. Segundo o porta-voz do GDF, Paulo Fona, o depósito será feito até amanhã. O atraso, diz, ocorreu porque só na noite do dia 8 a União transferiu recursos do Fundo Constitucional do DF